



CENTRO DE COLABORAÇÃO INTERINSTITUCIONAL DE
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

DESCRIÇÃO DE PROGRAMA

PROGRAMA FAZENDA AGRO SUSTENTÁVEL

MAIO 2026





SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO	3
2. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	4
2.1. Contexto	4
2.2. Público-alvo	4
2.3. Objetivos do programa	5
2.4. Quadro normativo	5
2.5. Recursos	5
2.6. Atividades	6
2.7. Produtos	6
2.8. Resultados	7
2.9. Impactos	7
2.10. Pressupostos	7
3. DIAGRAMA: OBJETIVOS E PÚBLICO-ALVO DO PROGRAMA	9
4. MAPA DE PROCESSOS E RESULTADOS	10
5. LINHA DO TEMPO DO PROGRAMA	12
5.1. REFERÊNCIAS	13





PROGRAMA FAZENDA AGRO SUSTENTÁVEL

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do Programa:

Fazenda Agro Sustentável

Data de Implementação do Programa:

2026

Localização:

Formosa/GO

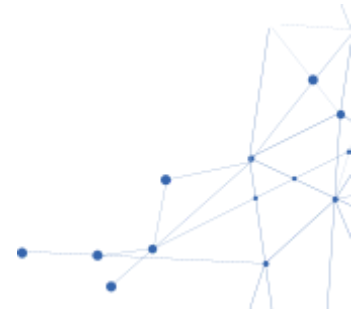
População do Município:

123.680

Instituição:

Governo Municipal

Responsável pela Validação: Juliana Dalla Rosa e Danielly
Estevam - pesquisadoras CIAP





2. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL

O programa Fazenda Agro Sustentável, implementada no município de Formosa/GO, é uma iniciativa de vanguarda que transforma terras públicas subutilizadas em polos de produção agroecológica para combater a insegurança alimentar e a vulnerabilidade social. Focado em famílias em situação de extrema pobreza e risco nutricional, o programa utiliza sistemas agroflorestais que consorciavam culturas de ciclo rápido com espécies arbóreas, unindo o combate à fome à preservação ambiental e resiliência climática. Operacionalmente, o programa utiliza a infraestrutura da fazenda municipal, corpo técnico especializado e recursos do orçamento municipal para realizar desde o preparo ecológico do solo até a logística de distribuição assistencial de alimentos frescos e sem agrotóxicos.

2.1. Contexto

O programa surge em 2021 como uma resposta estrutural e ecológica do Governo Municipal ao desafio da segurança alimentar, rompendo com a lógica do assistencialismo puramente financeiro ou emergencial. Diante do cenário de vulnerabilidade social enfrentado por diversas famílias do município, a gestão pública direciona seus esforços para a utilização de um ativo próprio: a fazenda municipal. Terras públicas que antes apresentavam potencial subutilizado são transformadas em um polo de produção ativa e sustentável de alimentos de alto valor nutricional.

O diferencial estratégico da ação reside na escolha do modelo produtivo. Ao optar por consorciar culturas agrícolas de ciclo rápido com espécies arbóreas, o programa adota os princípios da agroecologia e dos sistemas agroflorestais. Esse arranjo permite que a produção de alimentos ocorra em perfeita harmonia com a recuperação e a preservação do meio ambiente local. Assim, o contexto da Fazenda Agro Sustentável é o de uma política pública de vanguarda, capaz de conectar a urgência do combate à fome à agenda global de sustentabilidade e resiliência climática urbana.

2.2. Público-alvo

O programa é estritamente direcionado às famílias em situação de vulnerabilidade social residentes no município. O foco prioritário está nos núcleos familiares identificados em situação de extrema pobreza e insegurança alimentar crônica, devidamente mapeados e cadastrados pelos



serviços de assistência social locais. A iniciativa visa amparar os cidadãos que enfrentam barreiras econômicas severas para o acesso a alimentos frescos, saudáveis e de qualidade nutricional, concentrando o atendimento e a distribuição da produção principalmente em famílias com crianças na primeira infância, gestantes, lactantes e idosos em situação de risco social.

2.3. Objetivos do programa

O propósito central do programa é produzir culturas agrícolas e espécies arbóreas em harmonia, utilizando a fazenda municipal para gerar alimentos e promover o desenvolvimento sustentável local. A iniciativa busca erradicar a insegurança alimentar entre as famílias em situação de vulnerabilidade social, garantindo o fornecimento regular de alimentos frescos, saudáveis e livres de agrotóxicos. Além disso, o programa tem como objetivo implementar modelos de agricultura regenerativa (sistemas agroflorestais) que recuperem o solo, preservem os recursos hídricos e capturem carbono, transformando um ativo público ocioso em um padrão de referência ecológica e social para o município.

2.4. Quadro normativo

A sustentação jurídica da iniciativa baseia-se no Artigo 6º da Constituição Federal, que consagra a alimentação como um direito social fundamental de todo cidadão. O programa operacionaliza as diretrizes da Lei nº 11.346/2006, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), visando assegurar o direito humano à alimentação adequada. No âmbito ambiental, a ação atende aos critérios do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) e da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Decreto nº 7.794/2012), que regulamentam o cultivo consorciado e o manejo sustentável do solo. Localmente, o programa cumpre a função social da propriedade pública prevista no Plano Diretor, sendo financiado e respaldado pelas leis orçamentárias vigentes do Governo Municipal.

2.5. Recursos

A viabilização do programa baseia-se primordialmente na infraestrutura da fazenda municipal, um ativo público que fornece a extensão territorial necessária para o cultivo em larga escala. Os recursos financeiros, provenientes do orçamento do Governo Municipal, são alocados para a aquisição de insumos agroecológicos, como sementes selecionadas de culturas agrícolas e mudas de espécies



arbóreas nativas e frutíferas, eliminando a dependência de defensivos químicos. No aspecto tecnológico e operacional, o programa conta com equipamentos e maquinário agrícola adequados para o manejo sustentável do solo, além de sistemas de irrigação ecoeficientes para a conservação da água. O capital humano é composto pelo corpo técnico de engenheiros agrônomos e técnicos em agropecuária da prefeitura, responsáveis pela orientação do plantio consorciado, e por equipes operacionais que realizam o manejo diário e a preparação dos alimentos para a distribuição.

2.6. Atividades

O ciclo operacional inicia-se com o preparo ecológico do solo e demarcação de berços, utilizando técnicas de cultivo mínimo e adubação verde para preservar os microrganismos da terra. Em seguida, realiza-se o plantio consorciado e implantação de sistemas agroflorestais, onde as culturas agrícolas de ciclo rápido (como hortaliças, milho e feijão) são semeadas entre as linhas de espécies arbóreas frutíferas e nativas. A rotina prossegue com o manejo agroecológico e irrigação eficiente, que envolve a capina manual, o controle biológico de pragas e a gestão racional da água. Após o desenvolvimento das culturas, ocorre a colheita coordenada e triagem dos alimentos, garantindo a seleção dos produtos de alto valor nutricional. Por fim, executa-se a logística de distribuição assistencial, transportando o alimento fresco e limpo diretamente para os pontos de entrega ou cozinhas comunitárias que atendem as famílias cadastradas.

2.7. Produtos

O programa gera como entrega principal as safras periódicas de alimentos agroecológicos, compostas por uma variedade de hortaliças, grãos, tubérculos e frutas frescas de alto valor nutricional livres de agrotóxicos. No componente ambiental, o programa entrega as áreas de cultivo consorciado implantadas, que consolidam os hectares da fazenda municipal convertidos em sistemas agroflorestais produtivos. No âmbito da gestão e transparência, são produzidos os relatórios de escoamento e balanço nutricional, documentos que quantificam as toneladas de alimentos colhidas e atestam o índice de calorias saudáveis destinadas à rede socioassistencial. Por fim, o programa entrega os lotes de mudas e sementes crioulas selecionadas, garantindo a autonomia de estoque biológico para os próximos ciclos de plantio da fazenda.





2.8. Resultados

O programa alcança como resultado imediato a redução dos índices de insegurança alimentar entre as famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas, garantindo-lhes acesso regular a nutrientes essenciais. A iniciativa resulta no abastecimento contínuo da rede socioassistencial e das cozinhas comunitárias com alimentos frescos, gerando uma significativa economia de custos na compra de insumos pelo município. No aspecto ambiental, a ação atinge a recuperação da fertilidade do solo e aumento da biodiversidade local na fazenda municipal, comprovando a eficácia do modelo consorciado. Por fim, o programa resulta na otimização social de um ativo público, transformando uma propriedade da prefeitura em um polo produtivo de referência que eleva a dignidade e a saúde nutricional da população vulnerável.

2.9. Impactos

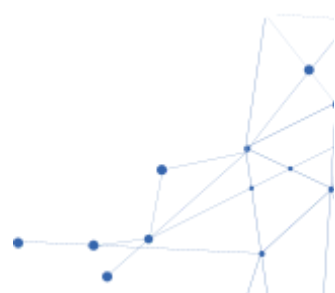
O impacto mais profundo desta política pública é a interrupção do ciclo da fome e da desnutrição crônica nas comunidades atendidas, promovendo a melhoria da saúde física e do desenvolvimento cognitivo de crianças e gestantes em extrema vulnerabilidade. A longo prazo, o programa gera a elevação da dignidade e da segurança social, garantindo que o acesso à alimentação saudável e sem agrotóxicos seja tratado como um direito permanente e soberano, e não como uma assistência temporária. No âmbito ecológico, o programa consolida um impacto de resiliência climática e regeneração ambiental, servindo como um modelo de transição ecológica que recupera microbacias, enriquece a biodiversidade local e sequestra carbono através de florestas produtivas. Por fim, a iniciativa deixa como legado a estabilização econômica da rede de proteção social do município, demonstrando que a utilização estratégica de ativos públicos ociosos pode reduzir custos estatais e, simultaneamente, construir comunidades mais autossuficientes e saudáveis.

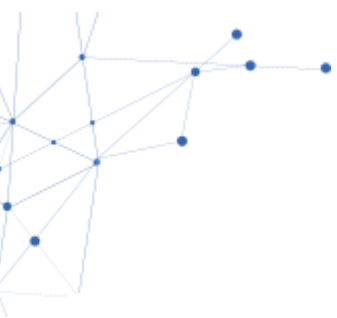
2.10. Pressupostos

O sucesso do programa baseia-se no pressuposto da estabilidade das condições climáticas e regimes de chuva, uma vez que a produtividade das culturas agrícolas e o desenvolvimento das espécies arbóreas dependem diretamente do equilíbrio do ecossistema local. É indispensável a continuidade e regularidade dos repasses orçamentários por parte do Governo Municipal, garantindo o fluxo de caixa necessário para a manutenção do maquinário e aquisição de insumos agroecológicos no início de cada safra. Outro pressuposto crítico é a permanência e o alinhamento da equipe técnica



qualificada, partindo do princípio de que engenheiros agrônomos e operários de campo continuarão disponíveis e engajados no manejo especializado do sistema agroflorestal. Por fim, o programa assume a fidelidade e a precisão do mapeamento socioassistencial, pressupondo que os dados das famílias em situação de vulnerabilidade social estejam constantemente atualizados para que o alimento colhido chegue sem desvios a quem realmente enfrenta a insegurança alimentar.





3. DIAGRAMA: OBJETIVOS E PÚBLICO-ALVO DO PROGRAMA

Nome do Programa

Programa Municipal de
Formosa/GO
Fazenda Agro Sustentável

Objetivos do Programa

Produzir culturas agrícolas e espécies
arbóreas em harmonia; erradicar a
insegurança alimentar do público-alvo;
implementar modelos de agricultura
regenerativa e desenvolvimento
sustentável.

Público-alvo

Famílias em situação de
vulnerabilidade social,
pobreza extrema e
insegurança alimentar
crônica mapeadas pelo
município.

4. MAPA DE PROCESSOS E RESULTADOS

Contexto:

O programa em Formosa/GO responde à vulnerabilidade social e insegurança alimentar, focando na transformação de ativos públicos subutilizados em polos de produção agroecológica para unir combate à fome e sustentabilidade.

Atividades:

Preparo ecológico do solo;
Plantio consorciado e implantação de sistemas agroflorestais;
Manejo agroecológico e irrigação;
Colheita coordenada;
Logística de distribuição assistencial.

Produtos:

Safras periódicas de alimentos agroecológicos;
Áreas de cultivo consorciado implantadas;
Relatórios de escoamento e balanço nutricional;
Lotes de mudas e sementes crioulas.
Alimentos doados à população alvo.

Resultados:

Redução dos índices de insegurança alimentar;
Abastecimento contínuo e econômico da rede socioassistencial;
Recuperação da fertilidade do solo e otimização social de um ativo público.

Impactos:

Interrupção do ciclo da desnutrição crônica;
Elevação da dignidade e soberania alimentar;
Resiliência climática e regeneração ambiental;
Estabilização econômica da proteção social do município.

Recursos:

Infraestrutura territorial da Fazenda Municipal;
Orçamento do Governo Municipal;
Insumos agroecológicos (sementes crioulas e mudas);
Maquinário agrícola e equipe técnica (agrônomos e técnicos).

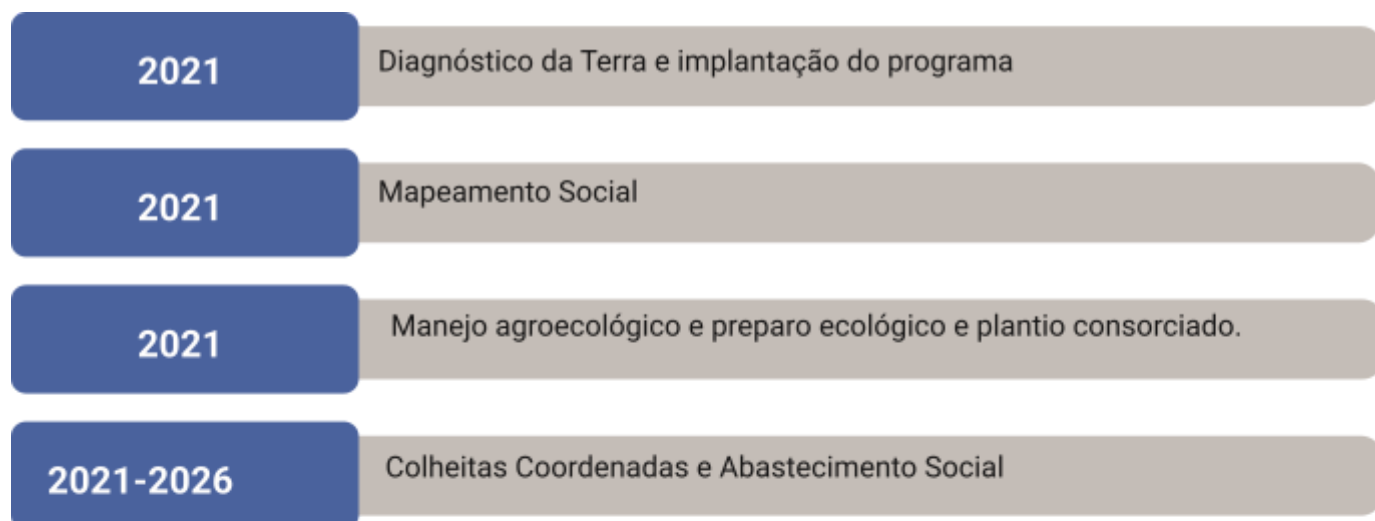
Pressuposto:

Estabilidade das condições climáticas e regimes de chuva; regularidade dos repasses orçamentários municipais; permanência da equipe técnica qualificada; precisão e fidelidade do mapeamento socioassistencial.

Pressuposto:

Colaboração entre os diversos atores.

5. LINHA DO TEMPO DO PROGRAMA FAZENDA AGRO SUSTENTÁVEL



REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.** Diário Oficial da União: Brasília, DF, 18 set. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 29 jul. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.** Diário Oficial da União: Brasília, DF, 28 maio 2012.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. **Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.** Diário Oficial da União: Brasília, DF, 21 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: 29 jul. 2026.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Avaliação de políticas públicas:** por onde começar? um guia prático para elaboração do Mapa de Processos e Resultados e Mapa de Indicadores. Belo Horizonte: FJP, 2022. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/03.06_Guia-MaPR-Layout-Final.pdf. Acesso em: 11 dez. 2023.

